

SEMINÁRIO

sobre

"DEMOCRATIZAÇÃO. do ENSINO"

"CONTEUDO DO NOVO ENSINO E TRANSFORMAÇÃO DOS MÉTODOS PEDAGÓGICOS"

TESE APRESENTADA PELA AEISCSP

Novembro-74



pela participação activa no trabalho associativo — AEISCSP

PROGRAMA DO SEMINÁRIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO
DO ENSINO

DIA 13---

Abertura do seminário às 16 horas

Mesa de trabalhos: Secretariado da pró-UNEP, UIE, SYL, VDS, PAIGC, MEC, Sindicato dos professores, professor Rui Luis Gomes, prof. Teixeira Ribeiro (presidente)

Intervenções: Secretariado da pró-UNEP, prof. Teixeira Ribeiro, MEC, prof. Rui Luis Gomes, UIE, PAIGC, Sindicato dos Professores.

19 horas - Abertura das exposições "O Ensino no Mundo", "Movimento Associativo" e "Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária".

22 horas - Filme sobre as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária.

DIA 14 ---

10 horas - Sessão de trabalhos - 1º Tema - O Ensino Herdade do Fascismo: Características do Ensino em Portugal. A sessão termina às 12 horas.

15 horas - Sessão de trabalhos - 1º Tema (continuação)

18.30 horas - Leitura das conclusões do 1º tema.

Mesa de trabalhos: Secretariado da pró-UNEP (Presidente), os outros elementos da mesa serão escolhidos entre os representantes de escolas que apresentarem teses sobre este tema que secretariaria e ainda possíveis convidados presentes na sessão de trabalho.

21.30 horas - Filmes "Escola Nova" e "Ensino em Cuba".

DIA 15 ---

10 horas - Sessão de trabalhos - 2º Tema - A Luta dos Estudantes pela Democratização do Ensino, Parte Integrante do Processo de Democratização da Sociedade em Geral. Reforma Geral e Democrática do Ensino, programa de acção dos estudantes portugueses.

15 horas - Sessão de trabalhos - 2º Tema - (continuação)

18.30 horas - Leitura das conclusões do 2º Tema.

Mesa de trabalhos: Direcção Geral da A.A.C. (Presidente).

21.30 horas - Filme sobre o X FMJE seguido de colóquio sobre a UIE.

O CONTEUDO DO NOVO ENSINO E A TRANSFORMAÇÃO DOS MÉTODOS PEDAGÓGICOS

INTRODUÇÃO.

O poder político, em qualquer formação social, objectiva-se na posse, por determinada classe - a classe dominante - de um conjunto de meios susceptíveis de assegurarem a manutenção e perpetuação da dominação de classe.

Esse conjunto de meios forma um aparelho simultaneamente complexo e centralizado, que é o Estado. O Estado surge pois como o conjunto de meios - de repressão e de persuasão - de que a classe dominante vitalmente necessita para a reprodução das relações sociais de produção dominantes.

A repressão corresponde o Aparelho de Estado em sentido estrito (ou Aparelho Repressivo de Estado): executivo, legislativo, tribunais, polícia, exército, etc. A persuasão corresponde o Aparelho Ideológico de Estado.

O Aparelho Ideológico de Estado, veiculando a ideologia dominante - imagem que a classe dominante dá, em correspondência com os seus interesses, do binómio natureza/sociedade - desempenha uma função de capital importância. São diversos os caminhos através dos quais a ideologia dominante é inculcada: a igreja, o ensino, a arte, a informação, etc. A cada um destes canais correspondem ramos, providos de autonomia própria, do Aparelho Ideológico de Estado.

Nas sociedades de Capitalismo Monopolista de Estado, os aparelhos ideológicos preponderantes são dois: o aparelho de informação e o aparelho escolar. Com efeito a escola ao mesmo tempo que forma os quadros necessários ao funcionamento do MPC é o veículo privilegiado da ideologia dominante.

O ENSINO FASCISTA:

O fascismo foi em Portugal a ditadura terrorista dos monopólios e latifundiários, estreitamente associados ao imperialismo estrangeiro.

A sua função histórica foi a de, a custo da super-exploração das massas trabalhadoras e do povo em geral, acelerar a passagem de um capitalismo atomizado e disperso a um capitalismo altamente concentrado. A concentração e centralização de capitais, movimento só tornado possível pelas condições políticas criadas pelo regime fascista, cri-

ou as premissas necessárias para o controlo de toda a economia nacional por um punhado de famílias.

Foram dois os objectivos fundamentais da politica fascista no terreno do ensino e da educação - deter nas mãos da classe dominante a cultura e o ensino, e fazer destes, instrumentos eficazes da sua politica e ideologia.

Ao arredar do poder a pequena e média burguesias - base social do poder politico da 1ª República - o fascismo aniquilou todos os progressos realizados no campo do ensino pela República Democrático-burguesa.

Utilizando como pano de fundo um humanismo de raiz pequeno burguesa, os homens da 1ª República haviam lançado algumas reformas que representavam um importante passo em frente no quadro do sistema educacional de então, intacto desde a reforma pomalina.

O ensino pré-primário official, os 6 anos de escolaridade obrigatoria, a gratuitidade total de um ensino primário alargado a 8 anos (elementar mais complementar mais superior), as missões moveis de alfabetização, as escolas normais superiores, etc..., são alguns dos elementos em que se traduziram as intervenções reformadoras da República. Também no plano do ensino superior, sem que tenha havido quebra de continuidade relativamente às modificações introduzidas em 1835 por Passos Manuel, se deram alguns passos. Reorganizando todo o ensino superior, a reforma republicana introduz o ensino a nível superior de Engenharia (IST e Faculdades Técnicas de Coimbra e Porto) e de matérias relacionadas com a economia (Instituto Superior de Comércio, ensino de Finanças).

Faça ao fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas nesta época o grande capital que então toma o poder, não necessitava de técnicas mas sim de abundante mão-de-obra não especializada, cuja força de trabalho comprava em condições vantajosas.

Daf que a grande maioria destes progressos seja posta em causa pelo fascismo, que numa primeira fase (até 1936, sensivelmente) tem como sua preocupação de base, no terreno do ensino, a liquidação parcial, dos aspectos que não correspondem aos seus interesses, da estrutura educacional legada pela República Democrático-Burguesa. (Ex: extinção do ensino pré-primário, encerramento das escolas de magistério primário, afastamento de professores progressistas, aumento da selecção económica, etc).

O obscurantismo cultural a que o governo fascista deliberadamente votou a esmagadora maioria da população portuguesa, reflectiu-se na fraca extensão do sistema escolar português.

Sabendo que a ignorância era um poderoso sustentáculo de um regime que, para sobreviver, recorria ao terror e miséria organizadas, o fa

cismo, estava vitalmente interessado em perpetuar essa situação; daí a péssima distribuição de estabelecimentos de ensino pelo território; daí o analfabetismo que, em Portugal atinge o índice vergonhosamente mais alto da Europa capitalista.

Assim, Portugal registava em 1970 a mais baixa taxa da Europa de inscrição escolar, quer no ensino primário (85%), quer no ensino secundário (25%). De entre os países Europeus é também o que possui menor índice de frequência universitária.

A Universidade portuguesa é rigorosamente elitista. Devido ao fraco desenvolvimento das forças produtivas, às limitadas necessidades de quadros daí decorrentes, a ela só tem acesso um número extremamente limitado de estudantes, seleccionados de entre as classes dominantes.

Com o após-guerra inicia-se um tímido surto industrial que ganha novo alento a partir da década de 60. Intensifica-se então a intervenção do Estado na economia com a elaboração de planos de fomento, renunciando a fusão, num mecanismo único, do Estado e dos monopólios (CME).

A partir de 1968, a pretensa "massificação" e "democratização" do sistema educativo faz-se de acordo com as novas necessidades então surgidas ao nível da formação de mão-de-obra qualificada, fruto do desenvolvimento das forças produtivas.

De facto a reforma Veiga Simão, marcando uma nova etapa no desenvolvimento do sistema escolar, não passa de uma medida demagógica que visa promover socialmente fracções da pequena e média burguesia, não alterando no fundamental as características estruturais.

A fraca extensão do sistema escolar junta-se o conteúdo vincadamente reaccionário do ensino ministrado nos diversos graus. A apologia das velhas ideias fundamentais do fascismo italiano - Deus, Pátria, Família - e uma concepção a um tempo ruralista e imperialista (tradicionalista) da sociedade portuguesa, impregnou todo o ensino desde o primeiro ao último ano.

Reprimindo severamente qualquer acção que lhe fosse contrária, era proibida a livre expressão de pensamento e impunha-se como única visão do mundo a "official". A defesa dos seus valores ideológicos, o combate torpe e calunioso às ideias progressistas eram as constantes do ensino ministrado. Em todos os graus, do primário ao superior, a situação era, sob este ponto de vista, idêntica.

No ensino básico eram utilizadas principalmente as cadeiras de História e Português. Em ambas ressalta uma visão fatalista da sociedade em que uns nascem inevitavelmente ricos e outros, a grande maioria, inevi

tavelmente pobres. A apologia da cooperação de classes acrescenta-se a perspectiva individualista e idealista do processo histórico accionado por heróis e reis de que estão ausentes as grandes massas, autores reais da história. O elogio da "vocaçào colonizadora" do povo português, era também dos principais valores ideológicos quer nas lições de história quer na própria Geografia em que Portugal era apresentado como uma pátria multicontinental e multiracial, de que faziam legitimamente parte os territórios sob domínio colonial português.

O elogio directo do fascismo às suas principais personagens políticas e às pretensas "obras" que teriam feito, promovendo o "desenvolvimento" e o "bem estar" estabelecia a ponte entre o geral eo concreto criando as premissas justificativas da exploração do homem pelo homem, da repressão e arbítrio policiais, das guerras de genocídio movidas contra os povos das colónias.

Um ensino religioso obrigatório e enquadramento fascizante da juventude, através de organismos como a M.P., reforçava o controlo ideológico exercido sobre os estudantes também a nível da ocupação dos seus tempos livres. Criada em 1936, a MP foi durante os anos do fascismo um poderoso instrumento visando educar nos valores que constituíam a super-estrutura ideológica. A substituição da MP pelo Secretariado para a Juventude, mais não revelou que a total falência desta política face à viva repulsa demonstrada pela generalidade dos estudantes relativamente a esta.

O NOVO ENSINO.

Existe neste momento uma alternativa ao ensino fascista, uma alternativa ao ensino enfeudado aos interesses e exigências dos monopólios. Ao ensino "como processo de adaptação às relações existentes, adaptação que assegure aos filhos da classe dominante as vantagens e privilégios da sua classe e "adapta" os filhos da classe oprimida às condições de exploração da sua existência", contrapõem as forças democráticas e as massas populares um ensino virado para as necessidades reais do povo, subordinado aos interesses das mais amplas camadas trabalhadoras, e assegurando a educação progressista de todos os cidadãos, o florescimento múltiplo da sua personalidade, formando cidadãos livres capazes de intervirem consciente e activamente na vida da sua comunidade.

A RGDE corresponde e materializa os mais fundos anseios das massas trabalhadoras no campo do ensino. Trata-se duma antiga reivindicação popular, que exprime a única alternativa coerente ao ensino fascista

e às pseudo-reformas, avançadas desde 1968 pelo governo ditatorial de Salazar-Caetano. Face a um sistema escolar estritamente enfeudado aos interesses e exigências dos monopólios, caracterizado por uma severa discriminação em relação às camadas trabalhadoras, a RGDE surge-nos como um conjunto de medidas, visando a profunda democratização das estruturas escolares, do topo à base, que liquidem a tutela ideológica sobre elas exercida pelo capitalismo monopolista.

O novo ensino, voltado pelo seu conteúdo para a realidade social e arma nas mãos das classes trabalhadoras para a sua transformação será radicalmente distinto daquele que o fascismo sustentou.

Ligaré a teoria à prática - o estudo teórico será acompanhado da análise de problemas reais, chamando os estudantes a contribuir para a solução destes.

Será crítico, cientificamente actualizado e pedagogicamente equilibrado, de molde a formar não apenas técnicos aptos mas personalidades har-moniosas capazes de uma intervenção política consciente.

Não é possível, no entanto, desligar o conteúdo do novo ensino da transformação dos métodos pedagógicos. Os métodos, ao mesmo tempo que poderosos instrumentos que foram para a concretização da selectividade escolar, desempenharam igualmente uma função de primordial importância na veiculação da ideologia dominante. São estes, que com efeito criam as condições para que a ideologia objectivada nos conteúdos seja de facto assimilada. O modo como os conhecimentos são ministrados e os meios utilizados para averiguar como estes foram absorvidos, são de facto instrumentos fundamentais para a assimilação acrítica de uma ideologia de-turpadora e escamoteadora da realidade social.

A pedagogia e os métodos fascistas desenvolveram-se no sentido de, a-través do autoritarismo, sustentar uma relação professor-aluno unívoca e uma relação aluno-conhecimento acrítica. Esta pedagogia baseava-se na "aula magistral" que se desenrolava perante uma massa passiva de estu-dantes, no estímulo do individualismo da competitividade e da memorização. A culminar este sistema, o exame - método aleatório de avaliar numa hora os conhecimentos adquiridos ao longo dum ano.

A este estado de coisas devemos contrapor métodos capazes de desen- volver a capacidade criadora e crítica de cada estudante, que estimula o trabalho colectivo em não detrimento do esforço individual. Métodos ao serviço de conteúdos radicalmente diferentes e de preocupações qualitativamente novas. Métodos de ensino que, ao nível da transmissão dos conhecimentos, suscitem e possibilitem a intervenção activa dos estu -

dantes no processo de aprendizagem; métodos que permitam um aprofundamento constante dos conhecimentos; processos de avaliação que acompanhem a par e passo a aprendizagem dos estudantes e que reflitam o mais aproximadamente possível não só os seus conhecimentos como a sua capacidade; métodos que possibilitem a ligação real entre a teoria e a prática e a consequente ligação entre o ensino e a produção.

Esta nova pedagogia implica novas preocupações ao nível da preparação de docentes competentes o que torna necessário cursos de reciclagem e a institucionalização em Portugal do ensino superior da Psicologia e da Pedagogia.

A institucionalização da investigação, com carreiras e centros apropriados, é igualmente indispensável, como condição para desenvolver e aprofundar o conhecimento da realidade e como apoio e incentivo às actividades escolares.

Todas as transformações por que vai passando o ensino em Portugal enquadram-se num processo global de mudança da sociedade portuguesa, que avança cada vez mais decididamente, para o reforço das estruturas democráticas.

A definição de uma política global de ensino, que permita o aproveitamento de todas as iniciativas renovadoras parcelares é, tendo em conta que determinadas opções devem neste momento ser tomadas e prioridades definidas, a única forma de concertadamente desenvolver esforços para, no campo do ensino, levar avante uma política que favoreça de facto as classes trabalhadoras.

A DIRECÇÃO DA AEISCSP

DIA 16 ---

10 horas - Sessão de trabalhos - 3º Tema- As Organizações de Estudantes e Professores, na Luta pela Paz e Democracia.

Mesa de trabalhos: Secretariado da pró-UNEP (Presidente), Sindicato dos Professores.

15 horas - Sessão de trabalhos - O Ensino, Reflexo das Condições Sócio-Económicas de cada país. Efeitos sobre a situação do jovem trabalhador.

Mesa de trabalhos: Secretariado da pró-UNEP (Presidente) e Departamento do Estudante Trabalhador, MJT, Sindicato dos Professores.

18,30 horas - Leitura das conclusões dos 3º e 4º temas.

22 horas - Colóquio sobre "A Situação do Estudante Trabalhador, perante o ensino".

DIA 17 ---

DIA INTERNACIONAL DO ESTUDANTE

15 - Leitura das conclusões do Seminário Sobre a Democratização do Ensino.

Intervenções: Secretariado da pró-UNEP, UIE, MEC.

CONVÍVIO - Participação do Coral da Casa de Moçambique, Grupo de Acção Democrática da Guiné e Cabo Verde, Coral dos Mineiros de Aljustrel, etc..